

## O ensino primário no Estado Novo português

José Maria dos Santos Coelho<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa até que ponto a escola do Estado Novo foi ou não uma escola de sucesso, e em que meios fundou o seu percurso. Se tivesse interessado a Salazar instruir a população, tê-lo-ia conseguido de uma forma mais cabal? O fim da Ditadura mostrou as fragilidades não apenas do ensino primário literal, mas, essencialmente, o nível muito fraco do domínio funcional da escrita e da leitura. Perceber que a ignorância cultivou-se porque interessava ao regime, coloca-nos numa situação de desconforto face aos nossos concidadãos que foram arredados da informação. A escola do Estado Novo serviu, essencialmente, como veículo de inculcação de valores, o que ainda perdura no imaginário coletivo e na memória de quem a frequentou. A existência do livro único e o conteúdo dos textos mostram os objetivos que o poder tinha em mente: fingir que instruíamos sem instruir, valorizar conceitos como história, Nação e Nacionalismo, e até mesmo a promoção de algum culto a personalidades históricas com perfil heroico. É o caso da sobrevalorização de D. Afonso Henriques. O poder pretendia, igualmente, a transmissão de valores cívicos que deveriam caracterizar o “Homem Novo” do Novo Estado. Esses valores fundiam-se, muitas vezes, com a moral da Igreja Católica: obediência, honestidade e respeito pelos superiores. Desta forma, um tipo de poder (Estado Novo) que se impõe para resolver os problemas herdados da Primeira República (bancarota e instabilidade política), alicerça-se em princípios que sobreviverão ao seu próprio criador – Salazar.

**Palavras-chave:** Salazar. Escola. Estado Novo. Nacionalismo. Ditadura.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Curso de Qualificação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta; Mestrando em Ciências Documentais na Universidade da Beira Interior; Professor de História do Quadro do Agrupamento de Escolas do Sabugal.

**Abstract:** The article analyzes the extent to which new state school was or not a successful school, and that means founded his route. Had Salazar been interested in educating the population, he would have been able to have done so more thoroughly. The end of the Dictatorship showed the weaknesses not only of literal primary education but essentially the very low level of functional mastery of reading and writing. Realizing that ignorance was cultivated because it was of the interest of the regime, places us in an uncomfortable situation before our fellow citizens who were deprived of information. New State school primary goal was to function as a way of inculcating values, which still remain in the collective memory and the memory of those who lived in that period.

The existence of a single official schoolbook and the contents of the texts show what the leadership had in mind: pretending an instruction which didn't exist, valorizing concepts such as History, Nation and Nationalism and even the promotion of a certain cult towards historical personalities with a historic profile. That's what happened, for instance, with the over valorization of D. Afonso Henriques. Leadership had also in mind the transmission of civic values which should fit the "New Man" of the New State. Those values mixed up, quite often, with the Catholic Church moral: obedience, probity and respect towards the leaders. By these means, a kind of power (the New State) which imposes itself to solve the problems inherited from the First Republic (bankruptcy, political instability) consolidates in principles which will survive to their own creator – Salazar.

**Key words:** Salazar. School. New State. Nationalism. Dictartorship

## Introdução

Os temas que propomos tratar revestem-se de uma importância considerável, pensamos, devido ao fato de, num tempo em que tanto se tem escrito sobre o salazarismo em Portugal, ser necessário avaliar a verdadeira função da escola salazarista. Queremos tratar não o aspecto paternalista de que, muitas vezes, se revestiu a relação tripartida – Estado, Professor e Alunos - mas, essencialmente aquilo que, com frequência, tem sido difícil de classificar – uma escola que pretende instruir ou uma escola que pretende formatar? O esforço feito pelos governos da Primeira República (1910-1926), ainda que com gastos consideráveis, não surtiram um efeito tão grande como o esperado. Dos cerca de 75% (segundo dados recolhidos de *Portugal pós-colonial: políticas e estratégia educativas*<sup>2</sup>) de analfabetos recebidos da monarquia, pese embora a criação de inúmeras escolas e postos de ensino durante a República, da criação de Escolas Normais para a formação de professores, apesar de tudo, em 1926 restavam, ainda, cerca de 70% de analfabetos num país que era democrático.

Motivar os cidadãos e, em particular, os mais jovens, para a aprendizagem e aperfeiçoamento da escrita e da leitura, tem sido tarefa hercúlea e, embora se tenham alterado pedagogias, umas a seguir às outras, talvez por isso mesmo, os resultados tenham sido muito fracos e pouco encorajadores. Há a referir, neste campo, que consideramos não ser possível continuar a fazer do ensino um “caldeirão” de experiências. O facilitismo a que se tem assistido e a permissividade que surge sempre que se reforma o sistema agravam a situação, não tendo sido possível melhorá-la; pelo contrário, tem vindo a piorar. Os Estados, sejam eles de que tendência ideológica, tendem a manipular o ato de formação escolar, dando-lhe o carácter que mais lhes convém. Esta verdade é válida para o período da Primeira República, para o Estado Novo e também para o regime atual.

Feito este apanhado, cabe-nos agora tentar compreender que tipo de escola primária Salazar instituiu e que funcionamento a mesma apresentava visto que, em 1974, no 25 de Abril<sup>3</sup>, ainda nos depararmos com dificuldades na alfabetização. Terá sido a escola para todos que hoje defendemos? Terá sido a escola dos afetos que hoje preconizamos e praticamos? Que tipo de conteúdos

<sup>2</sup> Disponível em: TEODORO, António, Comunicação apresentada no Seminário Transmissão de Saberes: Sistema de Educação em África, 12 de Agosto de 1999, p. 3.

<sup>3</sup> Revolução ocorrida em Portugal em 1974 que pôs fim ao Estado Novo.

se lecionavam? Que formação tinham os professores? Que controle o Estado Novo exercia sobre o ensino em geral e o primário em particular? É a resposta a estas questões que tentaremos descobrir ou, pelo menos, para cuja clarificação tentaremos abrir caminho. Pretendemos, sobretudo, fazer uma análise crítica do ensino primário numa época em que Portugal se arredou do mundo instruído e da evolução a que tinha direito<sup>4</sup>.

### **Contextualização espaço-temporal do tema**

Todas as ideologias, todas as realizações e todos os regimes são inteligíveis apenas contextualizados. A história é filha do seu tempo. É neste âmbito que teremos de inserir o Estado Novo, num conjunto vasto de ideologias e regimes que marcaram o século XX.

Cansados dos desastres inerentes à Primeira Guerra Mundial e da crise econômica subsequente à guerra, muitos regimes liberais democráticos deram lugar a outros de matriz contrária – ditaduras. Englobam-se neste processo a ditadura italiana imposta por Benito Mussolini, bem como a ditadura militar imposta aos portugueses pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, chefiado pelo

23

General Gomes da Costa. O desgaste dos governos da Primeira República (1910-1926) e a grave situação de crise financeira resultante, em parte, da participação na guerra, conduziram Salazar ao poder em 1928, após uma primeira tentativa de o arrematar em 1926. Nesta altura, Oliveira Salazar era, tão só, o ministro plenipotenciário das finanças portuguesas. Cargo que exercerá até 1932, ano em que será nomeado Chefe de Governo (Presidente do Conselho).

Entre 1928 e 1932 Salazar lança, paulatinamente, as bases do novo regime: funda a União Nacional, faz publicar o Ato Colonial, cria a Mocidade Portuguesa e a Legião Nacional e, em 1933 arremata todo o processo com a aprovação da nova constituição – a Constituição do Estado Novo.

A matriz ideológica do Estado Novo acaba por ser idêntica aos regimes seus congêneres na Europa daquele tempo: centralismo econômico, social e moral; antiparlamentarismo, anticomunismo, controle das mentes - o que de fato se passará a fazer, essencialmente, através da escola. A ideia de um país

<sup>4</sup> Em jeito de tributo a tantos que, imoralmente, foram obrigados a permanecer na “escuridão” das letras, a favor de uma ditadura obscurantista e mesquinha.

cuja cultura em nada contribui para a felicidade dos cidadãos é declarado abertamente e mantido como pedra angular do edifício repressivo do Estado Novo. Existem repressões de várias índoles e, talvez a pior seja a que limita o acesso às ferramentas culturais, como a leitura e a escrita.

Por seu turno, convém tomar consciência de que todo e qualquer sistema de ensino é marcado por ideologias e objetivos a atingir, isto é, não há sistemas de ensino neutros. Evidentemente que o ensino no Estado Novo tem marcas indeléveis quanto às ideologias com que pretende marcar definitivamente os cidadãos. É neste ponto que o nosso trabalho pretende ganhar corpo.

### **A estrutural questão do analfabetismo em Portugal – do analfabetismo literal ao analfabetismo funcional**

O analfabetismo em Portugal é uma realidade estrutural que, pesem embora alguns esforços no sentido da inversão, nos acompanha há séculos e teima em condicionar o nosso desenvolvimento coletivo. Tomando em consideração apenas as medidas tomadas no século XX, diremos que da primeira República até hoje poucas foram as produções legislativas que tenham tido resultados palpáveis neste campo. Se é verdade que os governos da Primeira República tomaram a peito, tanto quanto as finanças públicas do tempo permitiram, combater as cifras assustadoras do analfabetismo herdado da monarquia, já o Estado Novo mostrou um pequeno interesse nesta tarefa, reduzindo, até, o número de escolas e postos de ensino criados no período político anterior. Enquanto um regime democrático, como pretendia ser o da Primeira República, vê na formação dos cidadãos, tal como na Antiga Grécia, uma mais-valia social, pois que a sua participação consciente e ativa é necessária a todos, o mesmo já não se espera de uma ditadura como foi o Estado Novo. Com Salazar, antiparlamentarista convicto, a realidade foi outra. O ditador não via, nem se esperava que visse, quaisquer vantagens no combate ao analfabetismo. De facto, mercê do ideal ruralista defendido pelos ideólogos da ditadura, estudar ainda que apenas o básico, não servia de catapulta para uma vida melhor. A ascensão social raramente se fazia com as aprendizagens básicas, muito menos ao nível do ensino primário. Este obscurantismo interessava ao regime: permitia o povoamento do interior, a manutenção da mão-de-obra numa agricultura medievalesca que se aspirava fosse autossuficiente. Com o Salazarismo, aprender a ler e a escrever foi

sendo desvalorizado e, sumariamente, considerado um perigo para a estabilidade do regime e da sociedade fechada em que então se vivia.

De fato, o Estado Novo mostrou, pelo menos durante algum tempo, um interesse que pensamos ser mais de conveniência do que real, face à alfabetização do povo. Embora os governos da Primeira República tenham tido uma ação meritória relativamente à instrução básica, a verdade é que para o Estado salazarista a formação escolar, nomeadamente em contexto rural, podia até tornar “infeliz” uma população habituada às rotinas ancestrais e que deveriam assim manter-se para bem do coletivo nacional. Há, evidentemente, ao longo dos 41 anos de Estado Novo, momentos em que parece haver necessidade de mostrar ao país e ao mundo algum empenho no combate ao analfabetismo. É o caso da construção de um número razoável de edifícios escolares comemorativos do Centenário, ou da Exposição do Mundo Português, em 1940. Outro momento de algum interesse pela instrução foi o período do surto desenvolvimentista dos finais da década de 50 e primeira metade da de 60. Neste curto período, alguma instrução mostrou-se necessária aos novos operários vindos do interior do país, para desempenhar trabalhos mais exigentes na indústria que acabava de se instalar. Evidentemente que o período mais emblemático de algum desenvolvimento no campo do ensino foi, já no consulado e Marcelo Caetano, a reforma educativa de Veiga Simão<sup>5</sup>.

Para Salazar, também a escola deveria subordinar-se ao centralismo ideológico que tinha traçado para Portugal. Entendia que não bastava definir os valores fundamentais do Estado Novo, era necessário mostrá-los, inculcá-los e publicitá-los:

Se o Estado é uma doutrina em acção, não é lógico que se desinteresse da sua própria ideologia, antes se lhe impõe que a propague e defenda, pois assim trabalha pela sua própria consolidação. Se a verdade existe e o Estado se considera em certos pontos senhor dela, é inconcebível a sua neutralidade. (MINEIRO, 2007, p.61)

Ciente da importância da escola para aqueles que a frequentavam, no sentido em que poderia abrir horizontes inconvenientes, Oliveira Salazar apressa-se a delimitar o seu campo de ação: fá-lo através dos professores que nomeia e da obrigatoriedade expressa destes em relação ao novo regime; fá-lo através da

---

<sup>5</sup> Em 1971, o Ministro da Educação, Veiga Simão, apresenta o Projeto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino.

questão do livro único e da seleção de textos neles insertos; fá-lo, ainda, através das rígidas normas impostas às escolas primárias, quer na observação de rituais cívicos quer, ainda, na adopção de rituais religiosos: rezar antes de iniciar os trabalhos, pedir a Deus saúde para o “chefe” Salazar ou agradecer o pão de cada dia.

Persistia, apesar de se tentar fazer crer o contrário, uma mentalidade que se esperava fosse castradora face a ideologias tidas como subversivas: o comunismo e o parlamentarismo democrático. Que esperava, em suma, o “Novo Estado”, da nova escola? Tão somente uma ilustração que não passava, em muitos casos, de uma alfabetização não funcional; de uma manipulação das consciências e da manutenção, ainda que encapuzada, da velha ordem burguesa e senhorial, que se perpetuava numa economia eminentemente rural e de subsistência. À maneira simples e popular, diremos que a escola primária salazarista visava, de forma mais objetiva, sem sobressaltos. Esta nossa ideia assenta em vários pensamentos da época, entre eles, o de Virgínia de Castro e Almeida.

Em 1927, a escritora Virgínia de Castro e Almeida, considerando que existiam então em Portugal 75% de analfabetos, dizia, no jornal *O Século*, que “A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses setenta e cinco por cento de analfabetos”.

Por seu turno, muitos pensam, hoje, que outro dos grandes objetivos da escola salazarista eram conseguir manter a população rural adstrita à terra, contribuindo, assim, para a manutenção do povoamento do interior do país.

A escola salazarista foi predominantemente usada como meio de fixação da população rural. Os políticos sabiam que o baixo nível de vida então prevalecente nos meios rurais faria que quase todos os indivíduos alfabetizados tentassem emigrar para as cidades. Esta a razão porque os cérebros infantis teriam daí em diante de ser submetidos quotidianamente a uma avalanche de frases retóricas sobre o “valor da agricultura”. A terra era descrita como “mãe” e “maior amiga” (...) A escola primária tinha portanto como função “contrariar a corrente de urbanismo que desvia da terra-mãe aqueles que, num sonho de ambição, trocam a vida simples e feliz da aldeia pela vida da cidade (...).

O princípio educacional salazarista por excelência era o de que “saber ler, escrever e contar” bastava à maioria dos portugueses. (MÓNICA, 1973, p. 487).

Quer no meio rural, quer no meio urbano, interessava ao poder controlar as massas e manter as populações arredadas de qualquer espírito subversivo que colocasse em perigo o regime. Esta visão era transmitida, amiúde, nos textos dos livros de leitura:

Dão-nos as abelhas um admirável exemplo de actividade, de ordem, método e divisão do trabalho: umas vão fazer a colheita do néctar e do pólen; outras guardam a colmeia; outras limpam-na, levando para fora as abelhas mortas e detritos; outras renovam o ar da colmeia, agitando as asas. Oferecem-nos ainda as abelhas o modelo de uma organização completa, onde reina a mais perfeita disciplina e onde todos os indivíduos trabalham com inteligência e zelo para o bem da associação por elas formada. No barulho ninguém se entende; é por isso que na revolução ninguém se respeita. (MACHADO, 1961, p. 121)

Como facilmente se compreende, a educação básica no Estado Novo, parecendo que pretende permitir a promoção social e cultural das populações, promove uma literacia incompleta, demasiado básica e sem continuidade, o que, regra geral, transforma os indivíduos inicialmente letrados em analfabetos funcionais. Pouco a pouco, a leitura, a escrita e os rudimentos de aritmética acabam por desaparecer. Neste sentido, podemos entender que, tal como em outros sectores económicos, também na agricultura os progressos eram muitos difíceis por variadíssimas razões, entre as quais pela limitação da escolaridade e do acesso ao conhecimento. O Estado que detestava a diferenciação pelo aspecto exterior, e que se mostrava apologista da simplicidade do mundo de onde o próprio Salazar provinha, a aldeia, tentou, através das batatas escolares, a uniformização dos alunos da escola primária. Há, contudo, que referir que mesmo que a tentativa fosse essa, está ainda bem presente no imaginário coletivo e nas recordações de quem frequentou a escola salazarista, a diferenciação que se mantinha: “As diferenças, no entanto, são notórias nos tamancos<sup>6</sup> que uns trazem nos pés, ou nas botas surradas e enlameadas das caminhadas diárias de vários quilómetros até à escola, ou nas sacolas de serapilheira<sup>7</sup> que não podem competir com as pastas de couro que outros trazem”. (Os nossos anos 30, s/d, p.31).

---

<sup>6</sup> Espécie de bota grosseira cujo rasto é de madeira.

<sup>7</sup> Tecido grosseiro e áspero com que também se fabricam sacos para armazenar e transportar produtos agrícolas.



Todo este interesse pela alfabetização e pela aparente igualdade que o poder apregoava, não passavam de retórica, e Salazar sabia bem o que queria. Em 1933, na entrevista que António de Oliveira Salazar concede a António Ferro, o chefe do governo diz o seguinte: “Considero (...) mais urgente a constituição de vastas *élites* do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas *élites* enquadrando as massas”, (CARVALHO, 1996, p. 728)

Na verdade, conhecedor das atribuições governativas da Primeira República, Salazar parece querer preservar-se da abertura intelectual que a escola pode permitir. Como refere Rómulo de Carvalho:

O inconveniente de o povo saber ler não estava propriamente no facto em si mesmo de ler mas no uso perigoso que dele poderia resultar. Por via da leitura teria o povo acesso ao conhecimento de doutrinas corrosivas e de facécias mal cheirosas, conforme dizia Alfredo Pimenta, e se essa consequência fosse inevitável então melhor seria fecharem-se as escolas deixando-as apenas abertas aos filhos bem comportados da burguesia interessada na manutenção dos seus privilégios. (CARVALHO, 1996, p.728)

De fato, parece-nos que o perigo para o regime de manter as escolas de aldeia abertas não era real. A maioria das escolas do mundo rural eram escolas de fraca frequência, dado os pais, na sua maioria, não verem na aprendizagem das letras qualquer vantagem. O jornal *O Século* publicava, em 5 de Fevereiro de 1927, da autoria de Virgínia de Castro Almeida (GUINOTE, 2006, p. 112)

As crianças vão para a escola como um castigo e os pais lamentam o tempo que elas lá perdem. E têm razão. Que vão lá aprender? A ler, a escrever e a contar, quase sempre mal e com um esforço que valoriza no seu espírito essas aquisições muito além da realidade. A ciência adquirida dá-lhes o desprezo pelos trabalhos do campo, conforme seus pais o praticam e para os quais os novos conhecimentos são inúteis. Sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições: querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler! Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo.

A visão expressada é, talvez, uma das mais catastrofistas relativamente ao valor das medidas de alfabetização no nosso país. Como tantos outros, Virgínia Almeida não vê a bondade de medidas de desenvolvimento face à escolarização

da população, em especial da população rural. A possibilidade de alguns dos membros das comunidades rurais se afastarem das tradicionais ocupações agrícolas atemorizava a velha burguesia rural, pois que, dessa forma, a mão-de-obra seria cada vez mais rara e cara. De acordo com esta visão estava, também, Salazar:

Oiço muitas vezes dizer aos homens da minha aldeia: “Gostava que os pequenos soubessem ler para os tirar da enxada.” E eu gostaria bem mais que eles dissessem. “Gostaria que os pequenos soubessem ler, para poderem tirar melhor rendimento da enxada.” Precisamos convencer o povo que a felicidade não se consegue buscando-a através da vida moderna e dos seus artifícios, mas procurando a adaptação de cada um às características do ambiente exterior. (MINEIRO, 2007, p. 187)

Quanto a este medo, não nos parece que o tipo de escolarização permitido pelo Estado Novo tenha causado os danos esperados. Poucos eram os que usavam proveitosamente a parca formação, de modo a saírem da aldeia e a tentarem novas formas de vida. Poder-se-á referir o caso daqueles que foram encaminhados para os Seminários. Leia-se, a este propósito a obra literária, *Manhã Submersa*, de Vergílio Ferreira.

Nos primeiros anos do Estado Novo, pelo menos até 1935/36, o ensino em Portugal foi vítima de um conservadorismo que convinha ao regime. Como diz Paulo Guinote (2006, p. 112):

A política educativa do Estado Novo nos anos 30 é assim vista como uma fase negra na História da educação em Portugal, de abandono da Educação como prioridade da acção executiva e de desqualificação do ensino elementar obrigatório, desde o seu encurtamento para apenas três anos até à menorização do pessoal docente, visto a partir de então como mero executor dócil e acrítico de um projecto educativo que visava fundamentalmente a doutrinação ideológica e o apaziguamento da sociedade.

Por outro lado, os métodos pedagógicos, bem como a fraca preparação dos mestres, muitos deles *regentes*, a juntar ao livro único *cozinhado* pelo regime, não permitiam à consciência popular apoderar-se do valor e da força das letras. O rudimentar domínio da escrita e da leitura rapidamente se esfumavam sem a prática das mesmas. Não existem dados estatísticos que possam dar-nos de forma cabal, em todo o país, números exatos para o consumo de livros. Contudo, podemos socorrer-nos dos registos das Bibliotecas Itinerantes da Fundação

Calouste Gulbenkian, cujo serviço durou, oficialmente, de 1958 a 2002, criado pelo administrador Branquinho da Fonseca. Durante o seu tempo de vida, este serviço terá adquirido cerca de cinco milhões de livros e feito perto de 97 milhões de empréstimos. Ainda hoje se mantém no imaginário coletivo a imagem da chegada da carrinha/biblioteca à aldeia.

Neste contexto de deficiente manutenção das competências adquiridas, a maioria dos indivíduos rapidamente transitava de alfabetizados a analfabetos funcionais. Importa compreender que mesmo as leituras dos atos religiosos que poderiam contribuir para a manutenção e algum contato com as letras era impossível, visto que, até ao Concílio Vaticano II, todos os atos litúrgicos se realizavam em língua latina e os missais que lhes serviam de suporte se encontravam, igualmente, escritos nessa língua morta.

Consideremos neste tema a profunda convicção de Salazar de que Portugal deveria permanecer eminentemente rural, autossuficiente e ligado à terra. Desta forma, percebe-se que o esforço para manter um povo analfabeto, arredado da informação e ligado aos ensinamentos ancestrais baseados no “nacional catolicismo”, não era necessário. A acrescer a tudo isto existia, também, o atraso crônico na generalização dos *mass media*, o que impedia alargar horizontes e conhecer novas realidades.

Num país onde as vias de comunicação se mantiveram muito rudimentares até ao fim do regime (1974), as deslocações, ainda que curtas, eram difíceis e penosas, o que mantinha as populações num isolamento atroz. Relatos a que tivemos acesso, feitos na primeira pessoa, mostram que a maioria dos indivíduos do mundo rural nascia, vivia e morria sem se distanciar da sua aldeia mais que uns poucos quilômetros para ir a uma romaria ou a uma feira. Esta situação de isolamento geográfico acarretava o isolamento ideológico sendo que, através dele, o Estado conseguia manter as populações ordenadas numa obediência cega e quase religiosa. A escola do Estado Novo vincava muito bem a sua função pragmática:

A função prática da escola é continuamente sublinhada. A escola deveria fornecer bons trabalhadores agrícolas, bons carpinteiros, bons alfaiates. Aparentemente, tudo o que as crianças necessitavam aprender como seres humanos era “como escrever uma carta... um telegrama... uma petição ao governo... um recibo”. A ênfase que os republicanos colocavam nas virtudes da cidadania

e no pensamento racional foi substituída por uma preocupação com a preparação da mão-de-obra pouco especializada e com o desenvolvimento do que então se designou como “a religiosidade natural dos Portugueses. (MÓNICA, 1973, p. 487).

Que importa aprender os rudimentos básicos da escrita e da leitura se, em seguida, se cortam as ligações dos indivíduos com os meios de cultura? É neste processo premeditado da escola salazarista que se promove não o conhecimento mas a ignorância encapotada de alfabetização.

### **A Escola Física de Salazar: os edifícios, os manuais, os professores e o paternalismo**

A sala de aula no modelo salazarista ganha relevante importância à medida que o poder toma consciência de que através da escola primária pode impedir o crescimento urbano em Portugal, mantendo a característica de ruralidade. Para Salazar, os processos de desenvolvimento industrial deveriam ser sempre objetivados numa perspectiva de evitar, a todo o custo, a cópia do resto da Europa Ocidental, que tinha assistido ao crescimento urbano e a um certo abandono do setor primário. Desta forma, as aspirações da maioria da população a ascender socialmente ficavam, na maioria dos casos, reduzidas a nada. Para além das ascensões ligadas aos ramos militar e eclesiástico, todas as outras eram, à partida, cortadas à nascença. Segundo a socióloga Maria Filomena Mónica (1973, p. 487):

O princípio educacional salazarista por excelência era o de que “saber ler, escrever e contar” bastava à maioria dos portugueses. Mas, de acordo com os mais proeminentes ideólogos do Estado Novo, os programas anteriores não incluíam ou não tratavam adequadamente dois assuntos indispensáveis: a religião e o imperialismo. Ambas as disciplinas seriam rapidamente reintroduzidas no currículo. Em Abril de 1936, todas as escolas primárias foram obrigadas a colocar um crucifixo “por detrás e por cima da cadeira do professor”. Este ornamento devoto simbolizava supostamente toda uma nova ideologia e uma nova educação; nas palavras do então ministro Carneiro Pacheco, o crucifixo constituía “a grande bandeira duma civilização que enobrece a pessoa humana, contra o comunismo, aviltador da pessoa.

Citando ainda a autora, ao mesmo tempo que se pensava na “decoração” da sala de aula, ia-se pensando na melhor maneira de inculcar nas mentes tenras os valores do imperialismo:

Em 1928, as autoridades consideraram que a escola primária deveria incluir entre os seus objectivos essenciais “(a inculcação) no espírito de todos os portugueses (da) noção exacta do valor do império ultramarino”. A partir de então os manuais teriam obrigatoriamente de ter numerosos artigos sobre e fotografias das colónias uma vez que “a propaganda feita nas escolas (...) as noções ali apreendidas, são sempre as que deixam mais nítida e duradoura recordação e podem estender-se mais facilmente a um número maior de indivíduos. (1973, p.488)

Percebe-se, pelo que temos vindo a apresentar, que os manuais teriam, forçosamente, que ser controlados. Textos criados especificamente para o efeito, mensagens bem delineadas, valores bem referenciados. Veja-se, a este propósito, o conjunto de cartazes designado de “Lição de Salazar”. Os conteúdos curriculares eram compostos na base da primeira legislação global relativa aos currículos para as novas escolas, de Outubro de 1928. O currículo incluía as disciplinas de Português, História, Ciências, Trabalhos Manuais, Educação Moral e Cívica, Aritmética.

Longe de esbater as diferenças sociais, a escola salazarista, aprofundou-as. Na verdade, nem todos têm sucesso numa escola limitada nos saberes e nas pedagogias empregues. Limitada igualmente quanto à formação dos docentes, mas essencialmente quanto às expectativas que cada família tem para os seus filhos. Teixeira de Abreu<sup>8</sup> defendeu a tese de que a escola primária “devia ensinar pouco e o mais chãmente possível”. (In Carvalho, 1996, p.765)

Os ensinamentos de coisas abstractas” – disse – “e absolutamente em desacordo com o meio em que” (o aluno) “vivia dá como resultado exemplos que todos nós conhecemos, na aldeia: um rapaz que fique distinto na instrução primária é um rapaz perdido para a família. Eu posso citar um caso de uma família da minha terra, tradicionalmente consagrada ao ofício de serralheiro, mas em que houve um rapaz que conseguiu ficar distinto na instrução primária. Pois esse rapaz teve de ir para o Brasil depois de ter cometido dois desfalques.

Por seu turno, filhos de operários são, já à partida, excluídos de um código linguístico que os fizesse progredir. O interesse pelos temas mais diferenciados não faz parte das classes mais obreiras. Isto acontece, frequentemente, quando

---

<sup>8</sup> Deputado da Assembleia Nacional em 1938.

as crianças não têm acesso a outros meios de informação para lá do livro escolar. Este veicula os textos transformados e adaptados às novas ideologias. Vejamos a este propósito a transcrição de um parágrafo tirado do Livro de Leitura da 3ª Classe, s/a, s/d, Ministério da Educação nacional:

O Manuel António desde pequenino começou a gostar da vida no campo. (...)

Mais tarde, quando já andava na escola, aproveitava as horas livres para ir fazer companhia ao pai e ajudá-lo nas fainas da lavoura. (...) e nessas ocasiões os Manuel António, extasiado e pondo os olhos no pai, sentia crescer lá dentro de si uma grande vontade de ser lavrador.

Quando chegou à idade, foi para soldado. Voltou à sua terra cheio de saudades do pai, dos bois e das lavradas. Casou. Tem hoje um rancho de filhos. Trabalha e é feliz. Na aldeia todos o respeitam.

Na verdade, a escola surpreendeu até os mais avisados, ao criar textos de tal maneira identificados com a ideologia política dominante, ao minimizar os ensinamentos formais do ler, escrever e contar e, certamente, ao inculcar valores perversos em mentes que se pretendiam respeitadoras do regime. Pouco ou nada afetivas, mas muito e muito solícitas face ao poder instituído. A escola e o ato de ensinar deveriam revestir-se de algum caráter austero, capaz de eliminar os afetos mais frívolos e respeitar uma certa autoridade espartana.

Tratava-se de uma escola cujos edifícios eram, geralmente, de construção austera, com janelas elevadas para não permitir a distração dos alunos, sem aquecimento ou, quando existia, que obrigava os discentes a contribuírem com a lenha necessária. Tetos altos, paredes despidas e brancas transmitiam um certo ar de desconforto. Parede cimeira onde pendurados estavam um crucifixo e duas fotografias: a de Salazar e a do Presidente da República do momento. Estrado e, sobre ele, um quadro preto e a secretária do professor. Ao longo da sala, carteiras de madeira criteriosamente alinhadas, onde tinteiros fixos se dispunham a ser utilizados pelos alunos. Um ou outro mapa de Portugal e das colônias; talvez uma caixa de sólido ou de medidas constituíam o restante material didático. Não poderíamos deixar de referir duas peças fundamentais: “a menina dos cinco olhos”<sup>9</sup> e a vara. Trata-se de dois objetos usados na aplicação de castigos

<sup>9</sup> Régua de madeira, com cerca de quarenta centímetros de comprimento e cinco/seis de largura, com cinco furos – olhos.

corporais, não só legais como também aceites pelos alunos e pais. Trata-se de uma escola onde o professor pretende apresentar-se como pai, protetor, mas, na realidade, é uma figura muitas vezes temida e feroz. Isto explica a relutância de muitos dos miúdos pela escola e a recordação que dela guardam.

Tal como o próprio regime e Salazar, também o professor pretendia mostrar uma autoridade firme e consistente. Ao mesmo tempo, queria, também, mostrar uma certa face paternal. Aprender implicava sacrifício, trabalhar implicava obediência. Era esta faceta que importava transmitir. O Estado Novo, ao inculcar valores como obediência, respeito pela autoridade, submissão e espírito de conformismo estava a tentar “fabricar” cidadãos que de livres pouco tinham, mas, ao contrário, tinham muito de cidadãos ordeiros, subservientes e não apenas conformados com o regime, como também defensores deste.

Todos temos a certeza de que Salazar terá medido bem os perigos que corria ao alargar a escolaridade e ao estendê-la até lugares recônditos. Era possível, dessa maneira, que alguns pudessem ler livros contrários ao regime e, até, à fé católica, embora o Estado não se assumisse como um Estado confessional. Na verdade, embora esse perigo estivesse presente, era mais vantajoso que todos aprendessem os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética.

Devemos considerar que tanto os livros únicos como os próprios professores eram profunda e sistematicamente controlados. Os docentes, como verdadeiras correias de transmissão da nova ideologia que se esperava que fossem, eram controlados logo no ingresso na carreira, fazendo juramento escrito de fidelidade ao regime, mas também ao longo da mesma pelos inspetores que tinham como função primordial averiguar do andamento do processo educativo. Desta maneira, esperava-se da parte do professor primário uma espécie de sacerdócio e empenho total. A sua atividade deveria pautar-se pelos ditames do poder político.

O valor do professor era tanto maior quanto fosse capaz de traduzir as palavras contidas nos textos de leitura obrigatória. Para tal, ele, o professor, deveria partilhar na íntegra o ideário salazarista. É neste sentido que as lições dos livros de leitura tinham histórias de vida que apelavam ao nacionalismo, à história, ao imperialismo à bondade, à submissão.

A Joanhinha, logo que se levanta, lava-se, veste-se e calça-se. Quando vai dar os bons-dias aos pais, quase sempre a mãe lhe compõe um

pouco melhor o laço da cabeça. Reza as suas orações, almoça e vai para a escola. Pobrezinha, mas muito lavada, vestido sem nódoas nem rasgões, é um encanto vê-la (...). (LIVRO DA 3ª CLASSE, lição, A Joanhina, P.11, s/d, S/a, Ministério da Educação Nacional)

Vejamos a lição que acabamos de transcrever: uma criança que já sabe ser autônoma, que é educada e submissa aos pais, que não esquece a religião, que é pobre, mas alegre e muito limpa. Trata-se da exaltação da condição de vida da maioria dos portugueses ao tempo. Exaltação que promove como emblema de distinção a pobreza aceite e resguardada com a higiene que se exhibe. São, pois, os valores que o regime tenta inculcar.

Desde pequenina, a Maria de Fátima gostava de ter os vestidos arrumados e limpos. De vez em quando, lá deixava algum brinquedo fora do seu lugar; mas bastava uma pequena advertência da mãe para pôr tudo como devia. Na escola, desde a primeira classe, que tem merecido a simpatia da sua professora pela pontualidade com que todos os dias comparece, pela prontidão com que faz os exercícios, pela boa vontade com que escuta os seus conselhos e pelo arranjo e asseio dos livros e dos cadernos. Não é muito inteligente, mas é das que mais sabem. (LIVRO DE LEITURA DA 3ª CLASSE, s/d, s/a, Ministério da Educação Nacional)

Novamente presentes os valores que pretendiam nortear a população: vestidos arrumados e limpos, a submissão à mãe, a assunção do papel de futura dona de casa, a prontidão e boa vontade que demonstra perante um superior, a professora e a conquista da simpatia desta. Não há aqui lugar para os afetos. A própria simpatia da professora parece uma recompensa; mas ela é, antes de mais, o reconhecimento de uma obrigação da Maria de Fátima. O que se sente nestes textos? Medo, submissão, gratidão e aceitação de um rótulo extremamente desmotivador, diríamos hoje – a constatação de que Fátima, apesar de não ser muito inteligente, mesmo assim, é das melhores. Insulto à pessoa e à sua dignidade. Podemos encontrar toda a filosofia do regime quer nos livros escolares, quer nos próprios catecismos que constituíam a base para o ensino da moral e da religião.



## Considerações Finais

À maneira de conclusão, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o que escrevemos. Gostaríamos, antes de mais, de reforçar a ideia de que toda a História reflete o tempo em que se desenrola. Ela é, antes de tudo, o fruto das vontades coletiva e política. Evidentemente que todos os processos revolucionários acarretam mudanças e o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 também as provocou. Permitiu a chegada ao poder de um homem, Salazar, que, quer se goste ou não, marcou definitivamente quase metade do século XX português. Tende-se, muitas vezes, a branquear períodos menos agradáveis da história dos povos. Não nos parece que deva ser esse o caminho a seguir. De facto, o percurso de uma nação faz-se com avanços e recuos e é com esses avanços e recuos que se aprende e se deveria preparar o futuro.

Interessa-nos, ainda, marcar muito bem que o nível de atraso do nosso país se deve, em muito, a uma educação que foi, ao longo de quarenta e um anos, elitista, castradora, minimalista e bloqueadora do progresso tecnológico, capaz de fazer avançar o país industrialmente, a que Salazar tinha aversão. Tratou-se de uma escola que negligenciou afetos e cultura e privilegiou a inculcação de valores e a disciplina individual e coletiva para *“bem da Nação”*. Esta última expressão era apanágio de Salazar e do seu ideário político, fazendo desaparecer o indivíduo face ao coletivo. A escola deveria preparar cidadão aptos quer para o trabalho, essencialmente braçal e no campo, ao mesmo tempo que educava no sentido da obediência e respeito pela autoridade.

## Referências

CARVALHO, Rómulo de (1996), **História do Ensino em Portugal**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GUINOTE, Paulo (2006), **O Lugar da(o)s Regentes Escolares na Política Educativa do Estado Novo**. SÍSIFO, Revista de Ciências da Educação Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa n°01.

MÓNICA, Maria Filomena (1973), Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. In: **Análise Social**, Vol. X, 1973 (n.º 39).

MÓNICA, Maria Filomena (1977)- Deve-se ensinar o povo a ler? – A questão do analfabetismo, **Análise Social**, Vol. XIII, n.º 50.

MÓNICA, Maria Filomena (1978), **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar** Presença-Gis, Lisboa.

MACHADO, Adolfo, **Livro de Leitura para a 4ª Classe**, Série Escolar – Educação, 1961, Editora Educação Nacional.

MINEIRO, Adélia Carvalho, **Valores e Ensino no Estado Novo**, Lisboa 2007, Edições Sílabo.

LIVRO DA 3ª CLASSE, LIÇÃO A **Joaninha**, s/d, S/a, Ministério da Educação Nacional.